

Regional

GUARAPARI

Venda de estádio é cancelada

ROSIMARA MARINHO

A Justiça anulou a venda do estádio Davino Matos porque a área está em processo de desapropriação. Sócios recorreram

Rosimara Marinho
GUARAPARI

A Justiça cancelou a venda da área do Estádio Davino Matos, sede do Guarapari Esporte Clube (GEC), no centro do município, justificando que na negociação de venda nenhum dos representantes das empresas compradoras tinha autorização para assinar os documentos.

A venda já havia sido suspensa temporariamente pela Justiça, conforme reportagem publicada em **A Tribuna** no último dia 17, quando foi determinado que nenhuma certidão de registro da área do clube poderia ser emitida até a decisão do caso.

A desembargadora Eliana Junqueira Munhóz Ferreira decidiu pela anulação da negociação por entender que as empresas compradoras estariam interessadas em adquirir um bem que é objeto de desapropriação por utilidade pública.

A decisão da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) é referente ao processo de venda do estádio, que vem sendo negociada desde 2004.

“Causou-me estranheza o fato de duas empresas persistirem no intuito de adquirir o domínio útil do estádio, oferecendo por ele R\$ 7.850.000, mesmo sabendo que a área é objeto de desapropriação”, disse a desembargadora, na decisão.

Ela destacou ainda que a ação de desapropriação se encontra em trâmite na Vara da Fazenda Pública de Guarapari, em fase de apuração de valores indenizatórios.

Além disso, um dos compradores do terreno, Marcel Nogueira Lemos Faleiro, alegou ter participado da compra e que foi excluído do negócio e substituído por uma empresa, por meio de um aditivo contratual, que deixou seu patri-

OS NÚMEROS

12 mil

metros quadrados tem a área

7,8 milhões

de reais foi o valor da venda, segundo a Justiça



ESTÁDIO DAVINO MATOS é negociado desde 2004. Depois de suspender, Justiça decidiu cancelar a venda da área

mônio lesado após o acordo.

Segundo o advogado do comprador, Thiago Vargas Pimentel, embora a decisão seja favorável ao seu cliente, solicitou esclarecimentos à Justiça sobre a decisão.

Já o atual presidente do GEC, César Castro Martins, disse que o advogado do clube recorreu da decisão na semana passada. Quatro conselheiros do clube também recorreram à Justiça para discutir a

validade do edital de convocação da Ata de Reunião do Conselho.

O advogado do grupo, Dório Pimentel, aprovou a decisão. “É que a sociedade quer, que a negociação seja feita com clareza”.